

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

**ANDRÉIA BURGO PIRES**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:**

**Liberdade, trabalho árduo e políticas públicas**

**Porto Alegre**

**2020**

**ANDRÉIA BURGO PIRES**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:  
Liberdade, trabalho árduo e políticas públicas**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Administração.

Orientadora: Maria Tereza Flores-Pereira

**Porto Alegre  
2020**

**ANDRÉIA BURGO PIRES**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:  
Liberdade, trabalho árduo e políticas públicas**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Administração.

Aprovado em:  
BANCA EXAMINADORA

---

Prof.a. Dra Maria Tereza Flores-Pereira – UFRGS  
Orientadora

---

Prof.a. Dra. Fernanda Tarabal Lopes – UFRGS  
Examinadora

---

Prof. Dr. Pedro de Almeida Costa – UFRGS  
Examinador

*Dedico esse trabalho à minha mãe Idalina (in memoriam), que sempre me ensinou a ter fé e, que diante de meus questionamentos em momentos de dúvida, constantemente me respondia: “segue o teu coração”.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos empreendedores individuais, meus clientes e amigos, que se dispuseram a participar dessa entrevista, dedicando um tempo a mim e permitindo que esta pesquisa se realizasse.

À UFRGS, modelo de ensino público e de qualidade e a todos os professores e profissionais que tive o prazer de conhecer e conviver e, que se dedicam diariamente para que a Universidade mantenha seu vigor.

Aos colegas que engrandeceram a caminhada e, ao longo destes anos, foram deixando um pouco de si e levando um pouco de mim (em especial à Marlene, querida!)

Agradeço à minha sempre gentil e atenciosa Orientadora, Professora Maria Tereza Flores-Pereira, pela ajuda valiosa na realização deste trabalho, mesmo nos tempos difíceis que enfrentamos.

Por fim, mas não com menos importância, agradeço aos Professores Pedro Costa e Fernanda Tarabal pela disponibilidade em participar da Banca de Avaliação.

“Todo empreendedor tem um pouco de subversivo,  
de descontente dentro de si”.  
(Facundo Guerra)

## RESUMO

O empreendedorismo vem se tornando tema de debates atuais a nível mundial. No Brasil, sobretudo, o crescente aumento no número de microempreendedores individuais a partir da Lei Complementar nº 128/2008 traz o questionamento de quanto o brasileiro deseja empreender individualmente ou destaca a realidade precária do mercado de trabalho que não é capaz de absorver a mão-de-obra disponível. Ao mesmo tempo em que o cenário mostra a constante abertura de novas empresas, também pode evidenciar o agravamento de pontos críticos já existentes nas relações de trabalho, como a precarização e a ausência ou ineficiência de políticas públicas. Aproveitando esse debate atual, a presente pesquisa pretende levantar, por meio da Teoria das Representações Sociais, os motivos pelos quais empreendedores individuais decidiram trabalhar desta forma e as significações dessa escolha. Na busca desses significados esta pesquisa despona questões relacionadas à identidade do trabalhador individual, às dificuldades enfrentadas no cotidiano e como ele se vê (ou não) inserido no contexto das políticas públicas para a categoria.

**Palavras-chave: Representações Sociais. Empreendedor Individual. Políticas Públicas.**

## **ABSTRACT**

Entrepreneurship has become a topic of current debates worldwide. In Brazil, especially, the growing increase in the number of individual microentrepreneurs since the Complementary Law No. 128/2008 brings the question of how much Brazilians want to undertake individually or highlights the precarious reality of the labor market that is not able to absorb the available labor? At the same time that the scenario shows the constant opening of new companies, it can also show the worsening of critical points already existing in labor relations, such as precariousness and the absence or inefficiency of public policies. Taking advantage of this current debate, the present research intends to raise, through the Theory of Social Representations, the reasons why the individual entrepreneur decided to work this way and the meanings of this choice. In the search for these meanings, this research highlights issues related to the identity of the individual worker, the difficulties faced in everyday life and how he sees himself (or not) inserted in the context of public policies for the category.

**Keywords: Social Representations. Individual Entrepreneur. Public Policies.**

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1	As Representações Sociais no contexto da Teia de Significados	21
Figura 2	Registros Anuais do MEI – Período 2009 a 2019	27
Figura 3	Condições que afetam a atividade empreendedora	31

## **LISTA DE SIGLAS**

CF – Constituição Federal

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

GEM – Global Entrepreneurship Monitor

IBQP – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade

MEI – Microempreendedor Individual

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIS – Programa de Integração Social

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PSDB SP – Partido Social Democrático Brasileiro do Estado de São Paulo

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1. As Representações Sociais .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2. Trabalho Autônomo e Empreendedorismo .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3. Políticas Públicas .....</b>	<b>28</b>
<b>2.3.1 Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda no Brasil.....</b>	<b>29</b>
<b>2.3.2 Políticas Públicas e o incentivo ao Empreendedorismo no Brasil..</b>	<b>31</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>37</b>
<b>4.1 Liberdade, independência e autonomia.....</b>	<b>37</b>
<b>4.2 Trabalhar com sócios é difícil.....</b>	<b>39</b>
<b>4.3 Trabalhar sozinho é “puxado” .....</b>	<b>41</b>
<b>4.4 Oferecer um diferencial.....</b>	<b>43</b>
<b>4.5 Desconhecimento de políticas públicas específicas para o empreendedorismo.....</b>	<b>45</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>54</b>

## PRÓLOGO

Filha de pequenos comerciantes, cresci no balcão da mercearia. Entre as atividades escolares e as brincadeiras na pracinha da esquina, em minha infância, sempre havia um espaço para “ajudar” no balcão, ora conversando com os clientes para distraí-los enquanto esperavam o atendimento, ora ajudando de fato, anotando no “carnê” as compras que faziam ou fornecendo troco para pequenos valores, conforme minhas habilidades matemáticas se desenvolviam para tal.

Embora aquele tenha sido o ganha pão de minha família por mais de 3 décadas e tenha permitido criar duas filhas, não lembro de ser incentivada por meus pais a seguir o mesmo caminho. A conversa sobre futuro sempre vinha acompanhada de: “estuda e arruma um bom emprego, não casa cedo e não tenha filhos cedo” (risos). Tenho seguido as orientações com afinco, exceto a de permanecer em um “bom emprego”. Por ironia do destino ou “herança genética”, resolvi me aventurar pelos caminhos do empreendedorismo.

Trabalhando como celetista desde os meus 20 anos, passei por diversas empresas dos ramos do comércio, tecnologia, serviços de saúde, serviços financeiros, seguros e engenharia. Independente do setor ou porte, percebia que todas se fundamentavam no lucro acima e tudo e, por conseguinte, na exploração e precarização da força de trabalho. Com pouca formação e sem experiência profissional, comecei minha jornada em empresas de pequeno porte, cujos salários não condiziam com a quantidade de trabalho e o excesso de responsabilidades, além do descumprimento de direitos trabalhistas, como o não pagamento de horas extras, por exemplo. Com meu senso crítico aflorado e sem perspectivas de melhora naqueles ambientes, eu trocava de emprego com frequência. Certa vez escutei de meu namorado a seguinte frase: “Tu não aguenta teus empregos porque trabalha em empresas pequenas, em empresas familiares, quando trabalhares em uma empresa grande, vai ver como é diferente”.

Neste período concluí o curso Técnico em Qualidade e diversas oportunidades na área surgiram, mudei meu foco de, até então, vendedora para técnica de uma área específica e em notável crescimento. Trabalhei no seguimento da Qualidade e Processos, em 5 grandes empresas nos ramos de comércio, serviços de saúde,

serviços financeiros, seguros e engenharia; 3 destas possuíam o Selo de Melhor Empresa para se Trabalhar da Revista Exame e, tamanha foi minha decepção ao perceber que o *modus operandi* das empresas “premiadas” em muito se assemelhavam ao das pequenas: a precarização também estava presente ali e, em proporções maiores, como a diferenciação dos planos de saúde para a força de trabalho. Em uma destas grandes empresas, enquanto os trabalhadores do operacional tinham um convênio inferior, de uma prestadora desconhecida, os gerentes e alto escalão tinham o benefício de um plano de saúde de uma grande prestadora, com cobertura nacional.

Outro fator desgastante e recorrente, na maioria destas empresas, era a pouca importância dada para a ergonomia dos funcionários. Enquanto a diretoria tinha cadeiras de conforto máximo, com encosto alto e descanso para os braços, o restante da força de trabalho tinha de se contentar com cadeiras quebradas e sem a possibilidade de sentar corretamente e sem o devido apoio para os pés. Em uma destas “melhores empresas”, era oferecido o serviço de ginástica laboral que os funcionários poderiam desfrutar “durante seu horário de almoço”. A ação tão destacada pelo Departamento de Recursos Humanos, para mim, mais parecia uma maquiagem para disfarçar os problemas ergonômicos que os funcionários apresentavam.

Em outra grande empresa tive o desprazer de ter minhas ideias de melhoria “apropriadas” por minha gestora: quando levadas ao gerente-geral, as ideias propostas por mim recebiam outra autoria e eu não tinha o reconhecimento que merecia. Fatos semelhantes de desrespeito ao trabalhador e, conseqüentemente de precarização, poderiam preencher páginas e mais páginas, mas estes breves relatos servem para ilustrar meu total descontentamento também com as “empresas grandes”, às quais fui orientada a procurar.

Durante 12 anos trabalhei em 11 empresas de diversos portes e sempre surpresa com a realidade que se repetia, questionava meus colegas se não se sentiam incomodados com tais fatos e, também as respostas se repetiam: “eu só espero pelo 5º dia útil”, “pagando meu salário em dia está bom”, “eu sento, abaixo a cabeça e faço meu trabalho” ou ainda: “aqui o vale refeição tem um valor maior, eu posso comer pizza no final de semana e pago com o vale refeição”.

Cada vez mais aflita com o constante *déjà vu* na vida profissional, fui percebendo que aquela não era a forma ideal de trabalho, pois eu não me identificava com aquele meio. Já na Universidade, fui aumentando meus conhecimentos acerca de outras formas de organização, como o cooperativismo e o associativismo. Motivada por esses ideais, convidei amigas para pensarmos em algo para trabalharmos juntas e rompermos, ao menos um pouco, com esta cadeia de patrão-empregado. Para minha surpresa, só recebi negativas: algumas me responderam que não se sentiam prontas para ter um negócio que teriam que gerir, outras preferiram trabalhar como estagiárias e outra, preferiu seguir carreira em uma grande empresa da comunicação. Mesmo pensando que estaria mais realizada se tivesse companhia para trabalhar no associativismo, decidi torna-me uma Microempresendedora Individual; sabendo que não teria os amparos da CLT e que dependeria única e exclusivamente de mim mesma para garantir meus rendimentos, enfrentei o desconhecido e, cá estou: desde 2016 trabalhando com publicidade para pequenos negócios; área que jamais pensei em trabalhar e com a qual hoje muito me identifico. Conforme o tempo passou, meu namorado mudou seu discurso, após 5 anos acompanhando meu desempenho como empresenedora individual, ele me diz que não gostei de nenhuma empresa onde trabalhei porque “não tenho perfil para ser empregada”. Será esta a explicação (perfil) para o crescimento dos microempresenedores individuais? O que faz tantas pessoas optarem por trabalhar de forma solo? Eis a questão que busco compreender ao logo deste trabalho de conclusão.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é compreender as Representações Sociais de empreendedores individuais de modo a entender as motivações e as significações de sua escolha em ser um trabalhador individual, diante tanto do contexto social mais amplo, quanto da influência das políticas públicas nesta forma de trabalho. Sendo o empreendedor individual uma das mais recentes possibilidades de atuação no mercado de trabalho brasileiro, busca-se compreender, através da Teoria das Representações Sociais, os motivos pelos quais o empreendedor individual decidiu por trabalhar desta forma e as significações dessa escolha.

De acordo com Moscovici (1978), as relações sociais que se estabelecem no dia a dia são fruto de representações que apreendemos facilmente; portanto, a Representação Social se apresenta na dimensão dupla: sujeito e sociedade. Nessa interação sujeito-sociedade se constitui a Representação Social que tem por objetivo tornar familiar o estranho (Cavedon e Pires, 2006).

Conforme Cavedon (2006) a representação social aparece nas falas dos atores que partilham um determinado universo cultural, simbólico, revelando aquilo que é senso comum. Desse modo, uma primeira justificativa para a realização deste trabalho é, a partir de uma análise simbólica, compreender a dimensão desse senso comum, pois tal compreensão permitirá um entendimento mais profundo das escolhas e práticas cotidianas dos sujeitos sociais, neste caso, dos trabalhadores denominados como empreendedores individuais.

Para Antunes e Alves (2004) a classe trabalhadora no século XXI é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada; podendo-se constatar uma perda significativa de direitos e de sentidos do próprio trabalho. O sistema, controlado pelo capital, tornou o trabalho ainda mais precarizado, através do subemprego, por exemplo, entre outras formas. As discussões acerca do trabalho ganharam novos rumos e se desenvolveram num quadro de muitas transformações. Instaurou-se, segundo Toni (2011), um processo de reorganização nas formas de produzir e nos modos de organizar o trabalho. Antunes (1997) destaca que:

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca da produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 1997, p. 16).

Estas novas formas de adequação deram também espaço para novas formas de trabalho. Para Antunes e Alves (2004), com a retração do binômio taylorismo/fordismo ocorreu uma redução do proletariado industrial tradicional e essa retração vem dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, ou seja, desaparecem os empregos permanentes e surgem novas tecnologias e formas de trabalho (MORIN, 2001). Nesse sentido, surgiram políticas públicas voltadas para a atenuação (ou legitimação?) da informalidade no mercado de trabalho. Para Dedecca (2009), abre-se a perspectiva da política voltada à geração de emprego e renda superar seu caráter compensatório e melhorar, de fato, as condições de trabalho. Nesse contexto de transformações no mundo do trabalho, surge a figura do Microempreendedor Individual - MEI, criada em 2008 pela Lei Complementar nº 128, segundo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), representa uma das mais significativas políticas públicas voltadas a alternativas de geração de emprego e renda e de inserção no processo produtivo por meio de estímulos à capacidade empreendedora. Esta política permitiu que quem trabalha por conta própria e na informalidade, possa formalizar o seu negócio e ter o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, constituindo-se, portanto, como uma modalidade de microempresa.

O expressivo aumento dos MEIs parece crescer junto com o desemprego. De acordo com SEBRAE (2018) muitos trabalhadores que perderam o emprego encontraram no empreendedorismo a saída para voltar ao mercado de trabalho. Uma característica marcante dos empreendedores brasileiros é a de que a maioria atua de forma individual: em 2019, 48,5% não possuíam empregados e 15% tinham apenas um empregado.

Dados obtidos pelo Relatório GEM (IBPQ 2019) mostram o aumento no número de empresas formalizadas no país, conforme os dados da Receita Federal do Brasil, em 2019 haviam 14.526.469 adesões ao Simples Nacional, sendo aproximadamente 1,76 milhão a mais em relação ao ano de 2018; destes, cerca de 1,69 milhão eram microempreendedores individuais (MEI).

As políticas públicas voltadas ao incentivo ao empreendedorismo trouxeram, como elementos principais, a diminuição da burocracia na abertura de empresas, bem como a cobrança simplificada e reduzida de impostos. Fatores estes, que também podem ter sido determinantes na escolha pela atuação como MEI.

Segundo Cattani (2000) a autonomia significa a condição de um indivíduo ou grupo de se determinar por si mesmo, nesse sentido, se buscará também compreender o fenômeno do trabalho autônomo, que ora se apresenta como um espaço de libertação do sujeito, ora é analisado sob a ótica da precarização do trabalho, devido à ausência dos direitos assegurados ao trabalhador assalariado, segundo Galeazzi e Holzmann (2011).

Diante do contexto apresentado, busca-se responder quais são as Representações Sociais destes empreendedores individuais, buscando identificar as equivalências entre as diferentes profissões analisadas e, como estes trabalhadores se relacionam com as políticas públicas voltadas para a categoria, tendo como objetivo geral o de compreender as Representações Sociais de Empreendedores Individuais a partir das falas dos entrevistados, e como objetivos específicos:

Levantar as Representações Sociais de Empreendedores Individuais;

Identificar as significações e o contexto de escolha do modo empreendedor individual de trabalho;

Discorrer sobre as Políticas Públicas voltadas à categoria de Empreendedores Individuais;

Investigar as práticas de trabalho decorrentes das Representações Sociais de Empreendedores Individuais.

Considerando o que já foi mencionado acima, o crescente número de empresas formalizadas no país nos recentes anos, sobretudo como empreendedores individuais, busca-se estudar de maneira mais profunda este fenômeno, na ótica de uma análise qualitativa voltada para as unidades de significações dessa categoria. Para a compreensão desta nova categoria, faz-se necessário mostrar as limitações dessa classe que vive do trabalho, para que seja possível analisar o que fundamenta a escolha desses trabalhadores que optaram em abrir uma pequena empresa.

Por fim, justifica-se ainda a realização desta pesquisa o fato da autora também ser uma empreendedora individual e querer mapear e compreender,

academicamente, os fatores determinantes para a formação deste tipo de trabalho e trabalhador.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico aborda o conceito das Representações Sociais, mostrando como suas funções simbólicas e ideológicas influenciam nas formas de comunicação dos grupos onde circulam. Também se apresenta a temática do empreendedorismo com foco no trabalhador individual e alguns pontos relevantes em relação ao tema. Além disso, é observado o conteúdo referente às políticas públicas de emprego no Brasil, bem como às políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, sobretudo, como meio de fortalecimento e desenvolvimento de empreendedores individuais.

### 2.1. As Representações Sociais

A partir do século XIX, o senso comum deixou de ser o prisma para que se entendesse o saber cotidiano e esse saber passou a ser melhor explorado pelas Ciências Sociais. Nesse processo de ascensão capitalista e desenvolvimento dessas ciências da sociedade, Viana (2008) destaca que Durkheim, com base no conceito de representações coletivas, forma dos indivíduos pensarem e agirem determinada pelo social (Víctora, Knauth e Hassem, 2000), inaugura a concepção de Representações Sociais, que posteriormente servirá de base para a teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici.

As representações coletivas são, portanto, “fatos sociais” e possuem um caráter coletivo; tendo como núcleo a sociedade e esta, por sua vez, apresenta como núcleo o conjunto de indivíduos associados (Viana, 2008). Para Farr (1997) as representações coletivas são produzidas nas sociedades simples, enquanto as Representações Sociais são oriundas das sociedades contemporâneas, trazendo em si, as características destas sociedades. Nesse contexto, Moscovici afirma que a noção de representação coletiva de Durkheim descreve, ou identifica, uma categoria coletiva que deve ser explicada a um nível inferior, isto é, no nível da psicologia social.

É aqui que surge a noção de Representação Social de Moscovici. Oliveira (2004) destaca:

Em suas próprias palavras, Moscovici interessou-se no “poder das ideias” de senso comum, isto é, no “estudo de como, e por que as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como elas transformam ideias em práticas [...]” Em síntese, preocupou-se em compreender como o tripé grupos/atos/ideias constitui e transforma a sociedade.

Em linhas gerais, a teoria das Representações Sociais é o estudo do senso comum (Mazzotti, 2008).

Com o propósito de investigar o senso comum em um determinado grupo, as representações coletivas fundamentam-se na sociedade e mais diretamente no grupo de indivíduos associados que se deseja investigar (Oliveira, 2004). No entanto, as Representações Sociais encontradas nesses grupos não são consideradas definitivas, assim como acontece com as Representações Coletivas. Esse caráter mutável ocorre, sobretudo com a facilidade de comunicação trazida pela tecnologia, por exemplo, propiciando que os sujeitos possam transformar o conhecimento comum e a estrutura da representação coletiva sem complexidade (Spink, J., 1993).

Sendo as representações coletivas referentes às tradições, Viana (2008) fundamenta a ideia de Representações Sociais mostrada por Moscovici na diversidade e no dinamismo das falas desses grupos, sendo possível observar que a representação social expressa no grupo compartilha de um determinado universo cultural, onde se revela o que é senso comum (Cavedon e Pires, 2006). Portanto, para Cavedon e Pires (2006) as Representações Sociais não são criadas por um único indivíduo, mas sim, por pessoas e grupos que produzem essas representações ao longo do processo de comunicação e cooperação.

Oliveira e Werba (2003) remetem, ainda, à ideia de que as Representações Sociais, estando associadas às práticas culturais, reúnem tanto o peso da história e da tradição, como a flexibilidade da realidade contemporânea, delineando, desta forma, as estruturas simbólicas desenhadas tanto pela duração e manutenção, como pela inovação e metamorfose presentes nas práticas cotidianas coletivas. Segundo essas autoras, Jodelet (1989, p. 36) é quem melhor e mais detalhadamente conceitua as Representações Sociais, definindo como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com uma visão prática que leva à construção de uma realidade

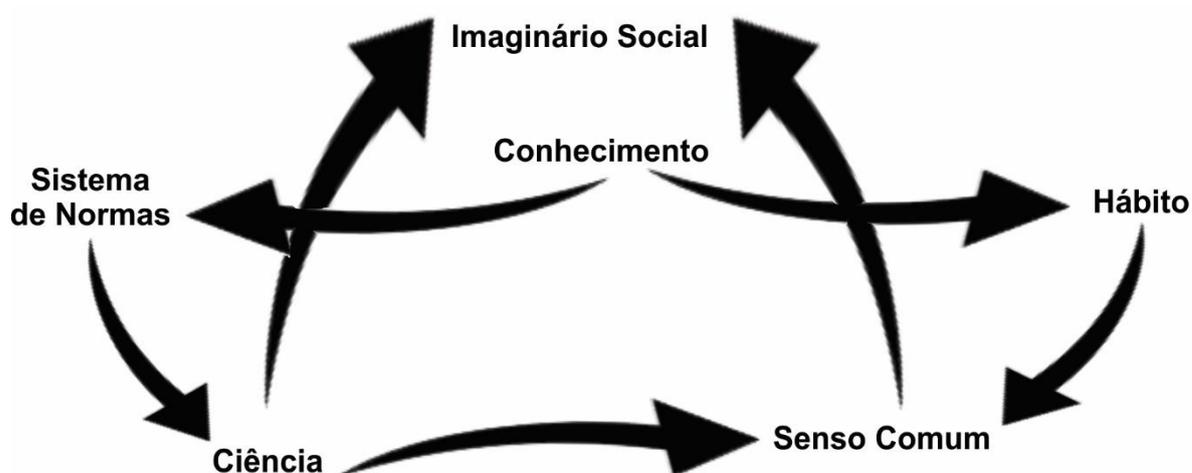
comum a um determinado conjunto social”. Sendo, portanto, formas de conhecimento que embora se manifestem como elementos cognitivos — imagens, conceitos, categorias, teorias —, jamais se reduzem a esses elementos (Spink, J., 1993).

Viana (2008) referencia Moscovici (1978, p. 50) quando destaca que as Representações Sociais não são “opiniões sobre”, “imagens de” e sim “teorias”, “ciências coletivas” únicas, “destinadas à interpretação e elaboração do real”. Desta forma, a Representação Social tem por objetivo tornar familiar o estranho. Isso ocorre, segundo Moscovici, através da ancoragem e da objetivação, que representam, respectivamente, a classificação daquilo que ainda não fora categorizado e a transformação de uma abstração em algo material.

A ancoragem permite que se estabeleçam valores positivos ou negativos à determinada representação, enquanto a objetivação traz para a realidade algo até então abstrato. O processo de ancoragem envolve, para Moscovici (1978), a compreensão de um objeto, até então, apresentado apenas no campo de crenças. Nesse sentido, através da ancoragem, tornamos familiar o conceito ou o objeto representado. O processo de objetivação permite que um esquema de conceitos se torne real, a partir da formação de uma imagem material. Sendo assim, a objetivação consiste em tornar concreto um determinado conceito.

Para Spink, J. (1993), as Representações Sociais têm, portanto, caráter dual, expressando aspectos culturais e sendo o local da multiplicidade, da diversidade e também da contradição. De outra forma, pode-se visualizar na Figura 1, as Representações Sociais como campo socialmente estruturado e circundado pela interface do contexto social e histórico onde ocorrem. No modelo proposto na Figura 1, as Representações Sociais que mais se difundem foram denominadas imaginário social, definindo também a “teia de significados tecidos pelo homem ao longo da história da espécie” (Geertz, 1989, p.4). O imaginário social seria, portanto, o conjunto de todas as produções culturais que circulam numa determinada sociedade apresentando as mais diversas formas: imagens, literatura, simbologias, mitos.

Figura 1. As Representações Sociais no Contexto da Teia de Significados



Adaptado de Spink, J. (1993).

Desta forma, a teoria das Representações Sociais, busca compreender as formas de comunicação produzidas através da interligação dos diversos saberes do cotidiano. Como modo de exemplificação da centralidade das Representações Sociais no cotidiano de um determinado grupo, cita-se a pesquisa realizada por Flores-Pereira, Cavedon e Mazzili (2005). O estudo teve como objetivo identificar as Representações Sociais de médicos oncologistas acerca de seu trabalho. A fala de maior frequência observada no grupo foi a ideia de que ser médico dessa especialidade era um “desafio”, sendo a ideia de desafio a maneira utilizada por esses sujeitos para ofuscar a presença da morte no seu cotidiano de trabalho. A busca constante pelo conhecimento científico se mostrou como a prática relacionada a este desafio.

Outro estudo empírico que auxilia na compreensão das Representações Sociais sobre a vida familiar e profissional dos indivíduos é o realizado por Cavedon e Pires (2006). A pesquisa tinha como objetivo identificar as Representações Sociais de trabalhadoras de panificadoras, como forma de descortinar sua subjetividade, captada através de suas falas, instância reveladora do cotidiano laboral vivenciado. “Com alimento não se brinca” foi a predominância da representação. Para Cavedon e Pires (2006) essa representação reflete a realidade social marcada pela infância pobre e a vida adulta de trabalho árduo para garantir o sustento pessoal e dos familiares. Desse contexto social e dessa representação se estendem práticas laborais dos

masseiros, como não aceitar brincadeiras no espaço de trabalho e ser submisso aos chefes e às condições de trabalho.

Os exemplos desses dois textos remetem a ideia de Mazzotti (2008) de que o conhecimento tende a variar de acordo com cada grupo, levando em consideração as especificidades de suas relações sociais. Desta forma, analisa a autora, os sujeitos extraem da sociedade as experiências necessárias para a construção do conhecimento coletivo, definindo a identidade coletiva e orientando as práticas e ações dessas coletividades. Sendo socialmente produzidas e compartilhadas, as Representações Sociais precisam ser entendidas a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam (Spink, J. 1993).

Cavedon (2005) afirma ainda que para entender o ator social, ou como a autora denomina, “o outro”, deve-se deixá-lo ter voz, falar por si e do conhecimento construído sobre o grupo a que pertence. Somente assim se torna possível compreender este “outro”, valorizando suas contribuições acerca do mundo no qual está inserido e podendo entender, desse modo, que ao sair dos grupos fechados as práticas coletivas são ressignificadas pelos grupos populares.

Desse modo, Oliveira e Werba (2003, p.110) defendem que “Uma das principais vantagens desta teoria é sua capacidade de descrever, mostrar uma realidade, um fenômeno que existe, do qual muitas vezes não nos damos conta, mas que possui grande poder mobilizador e explicativo”. Com a intenção descrever esta realidade continua-se a seção teórica, com definições que ajudarão a entender o fenômeno que se está a estudar.

## **2.2. Trabalho Autônomo e Empreendedorismo**

Ost (2008) conceitua o trabalho autônomo como toda atividade profissional exercida sem vínculo empregatício, por conta própria e com incumbência de seus próprios riscos. Para Cattani (2000) a autonomia opõe-se à dependência e apresenta-se em vários níveis articulados, sendo um destes relacionado às atividades laborais,

e implica na possibilidade de escolha das atividades, resultando em dignidade e satisfação.

O trabalhador por conta própria ou autônomo, segundo Galeazzi e Holzmann (2011), é o personagem símbolo do ideário neoliberal, expressando a criatividade e a independência, livre de subordinação, representa o êxito econômico. No entanto, como autônomo, dono de negócio familiar ou empreendedor individual, não tem seus direitos assegurados, como o trabalhador assalariado. Galeazzi e Holzmann (2011) salientam ainda que, a perda ou diminuição destes direitos pode conduzir uma importante parcela de trabalhadores a uma situação de vulnerabilidade e conseqüentemente, precarização, resultante do isolamento ou da impossibilidade de sindicalização.

No que tange à Legislação, entre os vários tipos de trabalhadores, o autônomo, como o próprio nome infere, é aquele que desenvolve sua atividade com mais independência e liberdade, se comparada a outras formas de trabalho. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, as demandas decorrentes do trabalho autônomo foram incluídas na Justiça do Trabalho no Brasil (art nº 114, inciso I, da Constituição Federal do ano de 1988 – CF/88, redação dada pela Emenda Constitucional).

Mais recentemente, e com derivações do trabalho autônomo, o termo empreendedor individual passou a ganhar destaque, não somente como um empresário, mas como um indivíduo que empreende. Para Gomes *et al.* (2013) destaca que o trabalhador individual, também chamado de trabalhador por conta própria ou o tradicional pequeno empresário não pode ser confundido com o empreendedor de alto impacto, pois o primeiro monta uma empresa para satisfazer suas necessidades. Por outro lado, o segundo, tem uma atividade de alto crescimento que, de forma acelerada, gera empregos e valor econômico de impacto.

Há, de fato, questões a serem mais bem analisadas no que tange à relação de trabalho individual e precário, no entanto, segundo Galeazzi e Holzmann (2011), é imprescindível assinalar que se está diante de um processo ainda em curso e que a utilização do termo precário, com base apenas no paradigma do trabalho assalariado, pode ter um alcance limitado para explicar uma possível configuração futura do mercado de trabalho.

O termo empreendedor (*entrepreneur*), com origem francesa, significa aquele que assume riscos e começa algo novo (HISRICH, 1986, *apud* DORNELAS, 2001).

Ainda de acordo com o autor, três características estão diretamente relacionadas àquele que empreende: a) iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz; b) se utiliza dos recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive; c) aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar (DORNELAS, 2001, p. 38).

Para Harper (2008), o empreendedorismo abrange tanto a descoberta quanto a criação de novas soluções e intenções. Essa descoberta é definida como um processo de solução de problemas de busca por lucro, exigindo o exercício de imaginação e julgamento crítico na identificação de problemas (oportunidades) e na geração de soluções.

O empreendedorismo pode evidenciar, também, a procura pela ruptura de um sistema desleal, como defende Seráfico (2011), quando discorre que o conjunto de valores envolvidos no termo empreendedor, está relacionado, entre outras, às estratégias que buscam a superação da acumulação do capital, onde grandes corporações dominam o processo produtivo por possuírem a propriedade dos meios de produção.

Mais do que uma definição, para Colbari (2007) o empreendedorismo se apresenta como uma força social, que desencadeada por comportamentos, atitudes e valores, pode ser identificada em várias situações: no trabalho por conta própria; na atividade empresarial bem sucedida e até mesmo na dimensão empreendedora do trabalhador assalariado.

No conceito GEM (Global Entrepreneurship Monitor), o empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo negócio, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente (ONozato *et al.*, 2019). O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) mensura e analisa a influência da atividade empreendedora sobre o desenvolvimento econômico e social em cerca de 100 países desde 1999, sendo o maior estudo em andamento sobre o empreendedorismo a nível mundial. A pesquisa começou no Brasil no ano 2000, sob condução do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) com o apoio técnico e financeiro do SEBRAE, sendo a única pesquisa em âmbito global que coleta dados sobre o empreendedorismo diretamente com os empreendedores.

Conforme Dornelas (2001), a mobilização do empreendedorismo no Brasil surgiu na década de 1990, quando entidades como SEBRAE foram criadas. Até então,

pouco se falava sobre empreender e criar pequenas empresas no país. Os ambientes político e econômico não se mostravam favoráveis, e quem desejava empreender praticamente não encontrava informações que o auxiliasse. No entanto, mesmo o Brasil despontando entre os países em desenvolvimento com iniciativas promissoras em seu histórico empreendedor, para Verardi (2012), as iniciativas, até aqui disseminadas, se mostram pouco expoentes devido aos traços de empreendedorismo por necessidade ainda muito preponderantes.

Em contrapartida ao empreendedorismo puramente por necessidade, dados do Relatório GEM (IBPQ 2019), mostram que cada vez mais empreendedores, mesmo aqueles envolvidos com atividades mais simples, estão pensando em seus negócios como uma iniciativa que vai além da realização de um sonho pessoal e fonte de renda e buscam atuar como agentes de transformação e de criação de riqueza para a sociedade, oferecendo um diferencial.

Onozato *et al.* (2019) destacam que empreender no Brasil é uma atividade tipicamente “solitária”. Somente no ano de 2019, três a cada quatro empreendedores foram identificados como sendo os únicos proprietários de seu negócio. Conforme Relatório GEM (IBPQ 2019), um em cada cinco empreendedores que iniciaram seu negócio começaram atuando de forma completamente individual e sem a perspectiva de expandir as atividades de forma a tornar necessária a contratação de funcionários.

Enquanto para Alves *et al.* (2013), o empreendedorismo, sob a ótica das políticas públicas, é um catalisador primário do crescimento econômico e do desenvolvimento regional, para Campos e Soeiro (2016, p.10), o empreendedorismo, apresentado como a saída para a crise do emprego, trata-se na verdade, de uma saída que acentua a lógica neoliberal causadora do desemprego, embora se mostre como uma ideia generosa frente à crise do emprego. Os autores salientam, ainda, que: “com a retórica assente na liberdade e na autonomia individual, a narrativa do empreendedorismo tem o efeito político de fazer com que cada um se sinta o único responsável por sua situação”.

Conforme Ferraz, J.; Ferraz, D., (2021, no prelo) “o empreendedorismo traduz os anseios e as contradições diante da condição concreta de incerteza e competição características desse modo de produção: viver com mais conforto e ser reconhecido como alguém que cultiva os valores capitalistas”. Também para as autoras, a questão de o senso comum apontar a aparência da realidade, mostrando a necessidade

prática do empreendedorismo como meio de sobrevivência, é aceitável. O fato é que o “espírito empreendedor” não é consideravelmente distinto, faltando um exame crítico o suficiente para entender que ele faz parte da causa dos problemas, como o desemprego e a precarização do trabalho assalariado, por exemplo.

O empreendedorismo pode ser um desejo pessoal, uma necessidade ou uma oportunidade. Segundo Dornelas (2012) é possível que se venha a ser empreendedor por acaso, pois a decisão de se tornar empreendedor pode decorrer de fatores, tanto externos, como internos, os quais são essenciais para o surgimento e o crescimento de uma empresa. Esta é uma das questões que este estudo busca responder.

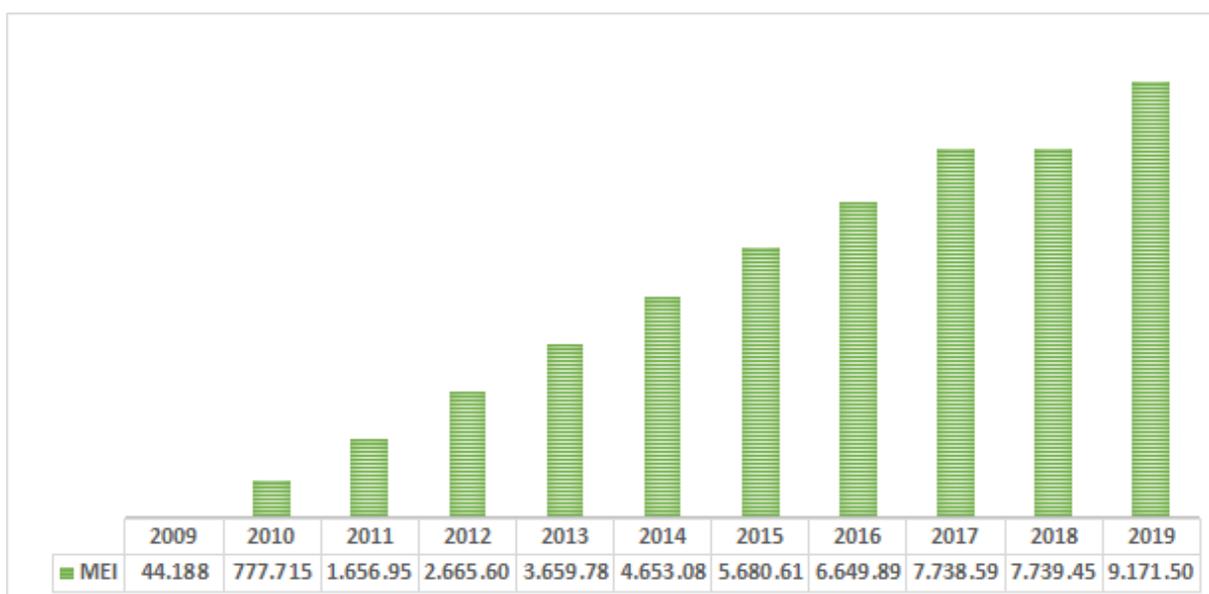
Sob a lógica capitalista das relações de trabalho, pode-se citar Foucault (1979) que define o indivíduo trabalhador-empresa, aquele empreende a si mesmo, como o novo Homo Oeconomicus. Esse novo Homo Oeconomicus reflete a utopia neoliberal de seu governo. Essa nova definição de agente econômico equipara o indivíduo a uma empresa, uma empresa de si mesmo.

No Brasil, muitas vezes, o pequeno empresário é visto, de fato, como empreendedor de necessidades, sobretudo o trabalhador individual, diante das crises econômicas; com isso, o governo federal, na busca pela diminuição da informalidade, implementou regras para estimular a criação dessas empresas.

No ano de 2008 surge a figura do Microempreendedor Individual com base na Lei Complementar nº 128/2008, reduzindo e facilitando o recolhimento de impostos por tarifa única e estimulando, assim, a formalização de empreendedores individuais. De acordo com o Art. 18 da Lei Complementar nº 147/2014, a criação do MEI trata-se de política pública cujo objetivo principal é a formalização de pequenos empreendedores, os retirando da informalidade e permitindo que tenham acesso à direitos sociais e previdenciários. Esta política permitiu que quem trabalha por conta própria e na informalidade, possa formalizar o seu negócio e ter o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, constituindo-se, portanto, como uma modalidade de microempresa. Conforme divulgado pela Câmara dos Deputados (2012) o autor do projeto de lei que criou o Microempreendedor Individual é o deputado Antônio Mendes Thame do Partido Social Democrático Brasileiro do Estado de São Paulo (PSDB-SP), sendo o primeiro a apresentar um projeto regulamentando a figura do MEI.

Desde então, o índice de formalização de novos microempreendedores individuais se mostra em constante crescimento, conforme pode-se observar na figura2:

Figura 2: Registros Anuais do MEI – Período 2009 a 2019:



Adaptado de Fernandes (2020).

Nascem assim, de milhares a milhões de Homo Oeconomicus de Foucault (1979, p.30): aquele que “empreende sobre si, sobre sua subjetividade, guiado pela lógica custo e benefício. Esse indivíduo é, por essência, responsável por tudo o que lhe acontece, ele acredita que depende apenas do seu mérito e de suas escolhas individuais para prosperar”.

### 2.3. Políticas Públicas

O objetivo desta seção voltada para as Políticas Públicas é orientar o leitor quanto aos conceitos descritos por autores relevantes da área, bem como diferenciar as políticas voltadas para os trabalhadores assalariados e para os empreendedores. Sem o intuito de tomar mais a fundo este debate, a seção apresenta algumas das mais relevantes ações de apoio a estas duas categorias.

De acordo com Secchi (2012), política pública é uma diretriz criada para enfrentar um problema público, possuindo dois elementos fundamentais: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público; ou seja, o motivo pelo qual se estabelece uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema coletivo relevante.

Para Spink, K. (2013), a expressão “política pública” remete a uma postura assumida por um conjunto de pessoas com legítima autoridade institucional em relação a algo que é uma preocupação pública. Trazendo a ideia de que algo será feito de maneira séria, prolongada, com ordenamento de esforços e distribuição ou redistribuição de recursos.

Silva (2013) destaca que toda política pública é um mecanismo de mudança, visando promover o bem-estar de segmentos sociais. Devendo se organizar e concretizar a partir dos interesses da sociedade.

Lopes e Amaral (2008, p.5) dizem que “as políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”.

De acordo com Mintzberg e Jorgensen (1995), o conceito de política pública significa para o setor público o mesmo conceito de estratégia para o setor privado: sendo como um guia, um plano ou um conjunto de critérios que devem influenciar as decisões e os atos a serem executados no futuro.

No que tange à adoção da política, Silva (2013, p.95) define como “o movimento decisório de escolha de uma alternativa de política para enfrentamento de uma situação problema”, considerando que esta adoção deve ser antecedida por ações de

legitimação da proposta, “buscando na sociedade e junto aos sujeitos políticos respaldo que dê à medida adotada credibilidade de êxito”.

### **2.3.1 Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda no Brasil**

Segundo Rezende e Tafner (2006) as políticas públicas de proteção ao trabalhador surgiram no Brasil somente na década de 1960, muito embora, a Constituição de 1946 já colocar a assistência ao desempregado como um direito do trabalhador. Por se tratar de um período em que a economia mundial passava por um grande crescimento econômico, acreditava-se que no Brasil a melhora da condição de vida estaria diretamente ligada ao crescimento econômico, sendo o desemprego entendido como uma consequência do baixo desenvolvimento econômico onde se encontrava o país.

Em 1970 foram instituídos o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) com o objetivo de formação de patrimônio para o trabalhador e estímulo à poupança interna, sendo o PIS dirigido aos trabalhadores da iniciativa privada, enquanto o Pasep, aos servidores públicos nas três esferas governamentais (união, estados e municípios).

É importante lembrar, no entanto, que conforme Braz (2017), o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) criado pela Lei nº 5.107/66, durante o governo militar de Castello Branco, foi uma medida de contrapartida ao fim da estabilidade que até então, também era prevista no setor privado e se aplicava a trabalhadores que completavam dez anos de serviço na mesma empresa.

De acordo com Agência Senado (2017), para aprovar o FGTS, Castello Branco se valeu do Ato Institucional 2 (AI-2), que previa a promulgação automática de projetos da Presidência que dentro de 30 dias não fossem votados. Além de financiar a construção de imóveis, o fundo apresentado como uma medida de proteção, na realidade, visava facilitar a demissão de trabalhadores, representando, portanto, a vitória do patrão sobre os empregados e não o contrário, como se é orientado a pensar.

Nesse sentido, as políticas públicas de emprego desenhadas nos anos 1960 e 1970 se orientaram mais a indenizar o trabalhador demitido do que fornecer uma proteção efetiva ao desempregado. Somente a CF de 1988 estabeleceu, de fato, as bases para a organização de um programa efetivo de amparo ao trabalhador desempregado:

O Programa do Seguro-Desemprego daí resultante e sua forma de financiamento vieram a representar o grande eixo organizador de um conjunto de benefícios e serviços no que se refere às políticas de emprego. Em termos gerais, a existência de uma fonte de financiamento como o Fundo de Amparo ao Trabalhador permitiu ampliar o escopo das políticas públicas de emprego, a fim de que fossem além da mera concessão temporária de benefício monetário contra o desemprego. (REZENDE e TAFNER, 2006, p. 7).

A partir da década de 1990 a abrangência do seguro-desemprego foi ampliada, com o objetivo de aumentar a oferta de educação profissional para atingir, ao menos 20% da população economicamente ativa anualmente. Para tanto, foram englobados novos grupos de trabalho, como trabalhadores formais e informais, micro e pequenos produtores urbanos e rurais, jovens à procura de emprego, jovens em situação de risco social, mulheres chefes de família, portadores de deficiência, incorporando-se, assim, às políticas de emprego a atenção voltada aos grupos marginalizados e discriminados no mercado de trabalho. Em 2003 e 2004 foram criados, respectivamente, os programas de inserção de jovens de baixa renda e escolaridade no mercado de trabalho, o incentivo ao fortalecimento da Economia Solidária e voltado a incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, criou-se o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Surgem, então, as políticas públicas voltadas aos trabalhadores por conta própria. De acordo com os critérios definidos no Decreto Federal nº 6.607, de 21 de outubro de 2008, o microempreendedor individual também pode ser enquadrado como um microempreendedor popular.

### 2.3.2 Políticas Públicas e o incentivo ao Empreendedorismo no Brasil

Conforme Borges *et al.* (2013, p.1): “no Brasil, ainda são poucos os estudos que analisam as políticas públicas que influenciam os empreendedores e os seus negócios. Menor ainda é a quantidade de estudos voltados para as políticas de apoio ao empreendedorismo”.

Gomes *et al.* (2013) apontam alguns condicionantes que afetam diretamente o empreendedorismo. Estes condicionantes precisam ser levados em consideração para definir se uma política será classificada como política regulatória ou política de estímulo, como mostra a figura 3:

Figura 3. Condições que afetam a atividade empreendedora



Adaptado de Gomes *et al.* (2013)

Ainda conforme os autores, as políticas regulatórias são: regras trabalhistas e sociais, regras de propriedade, regras tributárias, regras de falência, regras que afetem a liquidez e disponibilidade de capital (incluindo taxas de juro e acesso a financiamento), entre outras. Já as políticas de estímulo estão relacionadas a ações

que promovem a atividade empreendedora e podem ser classificadas em: promoção de cultura e educação empreendedora, desenvolvimento de incubadoras de negócios, programas de desenvolvimento. Enquanto as políticas regulatórias tendem a afetar de forma indiscriminada o empreendedorismo, as de estímulo tendem a fomentar o surgimento de empreendedores de alto impacto. Entretanto, o crescimento no número de empreendedores de alto impacto está diretamente ligado a um ambiente regulatório mais favorável. (GOMES *et al.*, 2013).

Com relação às políticas públicas específicas para o empreendedorismo, programas e projetos vêm sendo criados, com o propósito de incentivar o empreendedorismo, e formalizar os trabalhadores informais. Dornelas (2012) destaca dois programas governamentais que influenciaram o amplo espectro do empreendedorismo no Brasil: o Programa Microempreendedor Individual, e o Programa Brasil Empreendedor, instituído em 1999, com o objetivo de capacitar de mais de um milhão de empreendedores na elaboração de planos de negócios, visando à captação de recursos junto aos agentes financeiros.

Para Oliveira, R. (2018) essa iniciativa, que objetiva a inclusão dos trabalhadores informais na economia formal, os convertendo em “empreendedores individuais”, muito embora seja considerada como medida relevante de estímulo ao pequeno empreendedor e a sua permanência na formalidade, também acarreta um padrão inferior de formalização, pois ainda conforme o autor, essa nova dinâmica formal-informal torna-se mais diversa; distante de significar um processo definitivo, são reflexos do desenvolvimento social e político. De programas como este, em parte, dependerá o futuro do trabalho e suas formas de gestão (OLIVEIRA, R., 2018).

Em consonância, Verardi (2012) destaca que, no capitalismo contemporâneo, o senso comum influenciado pelo neoliberalismo, compreende que a estabilidade econômica depende, em grande parte, da redução dos custos salariais e dos direitos trabalhistas, promovendo o empreendedorismo como solução econômica e social.

Para Onozato *et al.* (2019) os aspectos positivos trazidos pelas políticas governamentais se relacionam às políticas públicas de incentivo à formalização de pequenos negócios, como a criação do MEI – Microempreendedor Individual, e também, o tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, com a simplificação sobretudo, do pagamento de impostos. Citando um estudo publicado no Relatório GEM (2019), os autores destacam que a maior parte dos

fatores apresentados como limitantes à atividade empreendedora no Brasil, estavam relacionadas à burocracia e à alta carga tributária. Especialistas relataram, neste estudo, que nem todos os benefícios estabelecidos na Lei Complementar 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) foram efetivamente implementados de forma equivalente em todos os entes federados. “Sobre a carga tributária, além de ser considerada por alguns como excessiva, a crítica foi em torno da má aplicação dos recursos arrecadados pelos governos” (ONozato *et al.* 2019).

Conforme Negrão *et al.* (2015), apesar dos programas oferecidos pelo governo serem funcionais, estes não suprem de maneira satisfatória as necessidades dos empreendedores; vários fatores, como por exemplo, a falta de divulgação dos programas, a burocracia demasiado lenta, ocasionando o fechamento precoce do empreendimento, principalmente no que se refere a exigência de garantias para financiamentos.

Ainda conforme os autores, um maior incentivo à divulgação se faz necessário para que o conhecimento dos programas oferecidos pelo governo chegue, de fato, ao público alvo, fomentando o sucesso dos pequenos empreendimentos; quanto à burocracia lenta, sugerem uma reestruturação do sistema para uma maior agilidade em oferecer o apoio ao empreendedor (NEGRÃO *et al.*,2015).

### 3 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foi utilizada uma abordagem qualitativa e interpretativa pois, conforme Víctora, Knauth e Hassem (2000), esta permite a compreensão da forma de vida das pessoas, possibilitando um conhecimento mais profundo do cotidiano dos participantes de um grupo social, neste caso, de empreendedores individuais.

Ainda de acordo com as autoras, a metodologia qualitativa e interpretativa, pelo fato de trabalhar em profundidade, não se torna apenas um inventário sobre a vida de um grupo. Essas técnicas permitem a observação do comportamento não verbal e a percepção de informações, até então não esperadas, porque não seguem necessariamente um roteiro fechado, sendo bem-vindos os dados novos (VICTORA, KNAUTH, HASSEN, 2000).

Complementando essa ideia, Goldenberg (2004) analisa que a abordagem qualitativa realça as particularidades de um fenômeno, buscando compreender seu(s) significado(s) para o grupo pesquisado. Como se houvesse um mergulho em profundidade, na busca por questões relevantes para o tema estudado.

Com esse propósito, para fins da pesquisa deste TCC foram realizadas entrevistas com empreendedores individuais, a partir de um roteiro semi-estruturado composto de 20 questões (VER APÊNDICE) que, de acordo com Godoi, Bandeira-de-Melo e Silva (2006), permite ao entrevistador formular perguntas durante as entrevistas, aproximando-se mais de um diálogo do que de uma entrevista formal. Uma das vantagens desta técnica é a fluidez como se desenvolve.

O grupo de empreendedores individuais entrevistados foi formado a partir de contatos da autora deste estudo, que possui uma empresa de publicidade para pequenos negócios. Dentre os anunciantes com os quais possui maior afinidade, foram selecionados 7 (sete), sendo estes: 1 (um) comerciante, 1 (um) construtor e executor de pequenos reparos domiciliares, 1 (uma) professora de corte e costura, 1 (uma) dentista, 1 (um) quiropraxista, 1 (uma) fisioterapeuta e 1 (uma) vendedora de bolos.

Cabe salientar que os entrevistados se enquadram como sujeitos que pertencem às camadas médias urbanas. A maioria possui diploma de curso superior

e atingiram uma renda financeira que os permite acessar bens que proporcionam conforto para viver bem e, segundo eles, viver melhor do que quando empregados. Também como traço de semelhança entre eles, está o fato de disporem de um capital mensal disponível para investir em marketing para seus negócios.

Segue breve perfil dos(as) entrevistados(as):

A Fisioterapeuta: Fisioterapeuta Domiciliar. Entre 35 e 40 anos de idade. Graduada em Fisioterapia. Trabalha individualmente há 4 anos.

O Quiropraxista: Quiropraxista em Clínica. Entre 25 e 30 anos de idade. Graduado em Quiropraxia, mestre em envelhecimento humano. Trabalha individualmente há 2 anos.

A Professora: Professora de Corte e Costura. Entre 55 e 60 anos de idade. Professora Primária Aposentada. Graduada em Design de Moda. Trabalha individualmente há 2 anos. Possui uma auxiliar.

O Comerciante: Comerciante (ramo: Colchões). Entre 50 e 55 anos. Formação Técnica em Contabilidade. Trabalha individualmente há 10 anos.

A Dentista: Dentista em Clínica. Entre 25 e 30 anos. Graduada em Odontologia. Trabalha individualmente há 1 ano.

O Construtor: Pintor e Construtor. Entre 45 e 50 anos. Ensino Médio Completo. Trabalha individualmente há 3 anos. Contrata auxiliares apenas quando o tamanho do trabalho a ser realizado assim exige.

A Boleira: Vendedora de Bolo de Rolo. Entre 30 e 35 anos. Graduada em Administração. Trabalha individualmente há 2 anos.

Será mantida a confidencialidade dos sujeitos desta pesquisa através do uso dos codinomes acima apresentados. Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas antes da declaração da pandemia do novo coronavírus, portanto no ano de 2019.

Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente transcritas, gerando um total de 36 páginas, As entrevistas tiveram duração de 30 minutos, em média, sendo realizadas, na sua maioria, no local de trabalho do entrevistado, o que permitiu a observação de sua organização e rotina. Gravadas em aplicativo de gravação disponível em aparelho smartphone, as falas foram ouvidas e transcritas na sua integralidade em editor de texto Word e, posteriormente transferidas para planilha Excel, permitindo uma visão mais ampla das respostas e como se complementavam,

proporcionando à autora a possibilidade de rememorar as entrevistas e, conseqüentemente, adquirindo um conhecimento maior das Representações Sociais daqueles empreendedores.

A partir desse processo de análise, foram identificados através das falas, padrões de significações que se constituíram em cinco representações, sendo estas: Liberdade, independência e autonomia; Trabalhar com sócios é difícil; Trabalhar sozinho é “puxado”; Oferecer um diferencial; Desconhecimento de políticas públicas específicas para o empreendedorismo.

A identificação destas ideias de senso comum preponderantes permitiu a compreensão da Representações Sociais desses empreendedores individuais.

## **4 ANÁLISE DOS DADOS**

No crescente contexto de perda de direitos trabalhistas, cabe uma reflexão sobre o que, de fato, leva ao empreendedorismo. Os relatos dos entrevistados mostram que eles percebem elementos impulsionadores, como a falta do devido reconhecimento como trabalhador assalariado, o baixo salário em consequência da exploração exercida sobre a força de trabalho, a dificuldade de criar vínculos duradouros com os clientes, entre outros.

Numa atitude em busca de autonomia e reconhecimento, decidem abandonar o papel “tradicional” de empregado e patrão e passam a exercer suas atividades sendo o gestor de si mesmo, tornando-se, então o trabalhador-empresa.

As respostas fornecidas pelos entrevistados permitiram identificar que todos já haviam trabalhado como assalariados e alguns, também na informalidade. Esta vivência em outras formas de trabalho parece lhes dar a certeza de que agora estão no caminho certo, principalmente quando lhes foi pedido para que comparassem sua trajetória anterior com a de trabalhador individual. Embora tenham aparecido relatos de que o tempo de lazer havia diminuído, a realização por estar fazendo o que se gosta tomou destaque.

A seguir serão apresentadas as representações identificadas a partir das entrevistas concedidas pelos empreendedores individuais.

### **4.1 Liberdade, independência e autonomia**

A oportunidade de estar fora de um espaço controlado, delimitado, característico das atividades de um assalariado, é considerada um avanço para todos os empreendedores que participaram desta pesquisa. A liberdade exaltada é um fator relevante para sua nova situação.

Durante a realização das entrevistas, todos os empreendedores falaram do quanto se sentem independentes trabalhando desta forma, em comparação a quando

trabalhavam como funcionários de uma empresa. Respostas como a da Professora foram encontradas, salientando a autonomia em gerenciar suas próprias demandas:

Quando tu é dona do próprio negócio, tu realmente organiza os horários, tu consegue planejar se tiver que fazer uma parada, uma folga, alguma coisa que tu tenha a necessidade de fazer, realmente a gente se agenda e consegue fazer isso [...].

O sentimento de independência e autonomia para tomar decisões sem necessidade do aval de terceiros, como ocorre quando se é empregado, por exemplo, também aparece na fala do Quiropraxista quando diz: “Eu percebo que trabalhando sozinho eu tenho uma liberdade maior do meu tempo para resolver os problemas do negócio, sem ter uma dependência de outras pessoas”.

Liberdade e independência foram as palavras mais destacadas quando a pergunta “O que significa, para você, trabalhar individualmente?” foi respondida. A Dentista assim definiu: “trabalhar individualmente é ter independência em todos os sentidos, independência de decisão, financeira. A palavra que resume é independência”.

A Fisioterapeuta destaca a autonomia que a independência do trabalho individual propicia quanto à possibilidade de gerenciar suas agendas pessoal e profissional:

[...] hoje eu tenho autonomia para poder jogar com meus horários para eu poder personalizar os atendimentos com os pacientes, [...] quando eu trabalhava no estúdio de pilates, por exemplo; se tinha um paciente às 13h e outro às 16h, eu não tinha autonomia para telefonar para aquele cliente das 16h e tentar puxar para às 14h, mesmo sabendo da rotina dele, que ele poderia aceitar antecipar e eu poder me liberar mais cedo. Hoje eu tenho essa autonomia [...] para jogar com a minha agenda e eu não tinha isso antes.

A Boleira também destacou a liberdade como característica comum entre os trabalhadores que escolhem empreender de forma individual:

Liberdade e autonomia, digamos: fazer o que se quer e o que se gosta, não ficar preso a uma chefia te mandando. Trabalhando por conta eu posso me organizar e não trabalhar em determinado dia; mas tendo um chefe eu não posso dizer: não quero trabalhar hoje... tem que ir e trabalhar e com sorriso no rosto, muitas vezes sendo desmerecida.

A autonomia e a liberdade de horários estão diretamente ligadas com a oportunidade de gerir o próprio negócio, sendo o “patrão de si mesmo”. Esta forma de

trabalho possibilitou que estes empreendedores saíssem de uma situação de dependência em relação ao outro – neste caso, ao detentor dos meios de produção – podendo, desta forma, aliar as necessidades do trabalho com as questões pessoais, sem detrimento de ambas. No entanto, essa autonomia pede, também, um alto grau de individualidade, impossibilitando, por vezes, a contratação de um funcionário, o que acarretaria, além de despesas com salário, a necessidade de controlar outra pessoa, fato que não agrada os entrevistados.

Sendo assim, a análise da autonomia pressupõe a relação do sujeito e os outros, pois ser um patrão também implicaria obrigações e responsabilidades que diminuem a liberdade e a gestão do próprio trabalho. A Professora abre uma reflexão para o tipo de liberdade que o empreendedor individual possui, quando diz:

A gente tem mais liberdade, mas é uma liberdade vigiada. É uma liberdade se pensando que tem serviço, que este serviço precisa estar à disposição de um público e que precisa ser constantemente atualizado e ao mesmo tempo ele precisa ser cumprido, ser executado.

É possível identificar nessas falas o personagem símbolo do ideário neoliberal, segundo Galeazzi e Holzmann (2011), expressando a criatividade e a independência, “parcialmente livre”, de subordinação. Aqui nos cabe a reflexão sobre o quanto se é informado de outras possíveis formas de trabalho que permitam, ao menos, questionar o sistema neoliberal. Desde a tenra infância, a maioria das pessoas é educada a trabalhar para alguém e quando se rompe este ciclo patrão-empregado, não se está, de alguma forma, procurando romper com ao menos, uma parte deste sistema fechado?

De certo que existe a possibilidade de escolher para quem podemos “vender” nossa mão-de-obra, mas quais outras opções se apresentam, diante do contexto socioeconômico no qual se está inserido?

## **4.2 Trabalhar com sócios é difícil**

Um dos objetivos deste estudo é o de identificar as motivações da escolha do modo individual de trabalho e já de partida, alguns entrevistados demonstram a

dificuldade no trabalho com sócios(as). O Comerciante – o entrevistado com maior tempo de negócio – externalizou seu profundo descontentamento com a experiência com sócios:

[...] há 18 anos, quando comecei no comércio, comecei com mais dois sócios. E como sempre né, tendo sócios não dá certo, não deu certo e no início foi muito difícil, daí saiu um sócio, ficamos em dois, conseguimos em dois aumentar um pouco a produção, a venda, abrimos outras lojas. E aí o sócio começou a fazer besteira e eu resolvi trabalhar sozinho... como sempre: trabalhar com sócio é brabo. Tínhamos três lojas e eu fiquei só com uma loja para cuidar bem dessa e deu certo. Faz uns 10 anos que eu trabalho sozinho [...].

O Quiropraxista, embora não tenha trabalhado com sócios, demonstra não ter perspectivas para tal:

[...] vejo isso nas pessoas que trabalham comigo aqui no consultório, cada um tem uma outra tarefa, um outro trabalho e se nós tivéssemos uma sociedade entre todos, a gente não teria tanto tempo para conversar para definir estratégias. Os envolvimento com o negócio seriam bem diferentes e eu acho que não daria certo.

Não raras vezes, uma sociedade se funde, apenas para aporte financeiro. Uma experiência assim foi relatada pelo Construtor e confirma o que fora mencionado pelo Comerciante sobre a necessidade de que todos os sócios trabalhem juntos pelo sucesso do negócio: “Eu tive um sócio quando eu comecei, mas ele não sabia nada, era mais só para ter como sócio, mesmo, mas eu queria trabalhar sozinho”.

Além das dificuldades por diferenças culturais e de comprometimento, a Fisioterapeuta citou uma prática recorrente para os trabalhadores da área da saúde que é a criação de sociedades de fachada, que servem apenas para que os empregadores se eximem do pagamento de encargos trabalhistas:

[...] e depois de um tempo eles (donos de uma clínica de traumatologia) preocupados com reclamações trabalhistas nos obrigaram a abrir uma sociedade onde eu e a outra fisioterapeuta tínhamos um por cento de sociedade mas isso só para que a clínica se isentasse dos encargos profissionais. Eles não pagavam nenhum direito trabalhista nada, nada. O final foi meio chato por que nos dispensaram de uma forma muito incorreta e não nos ajudavam com nenhum encargo, com nada. Sai de lá e entrei numa cooperativa, [...] chegou uma certa época em que eles começaram a se preocupar com reclamação trabalhista e novamente, a obrigar a gente a abrir sociedades para mais uma vez se eximirem do pagamento dos Direitos Trabalhistas [...]

Conforme dados apresentados pelo Relatório GEM (IBPQ 2019), um em cada cinco empreendedores que iniciaram seu negócio começaram atuando de forma completamente individual e sem a perspectiva de expandir as atividades. Estas falas certificam o descrito por Onozato *et al.* (2019), quando dizem que empreender no Brasil é uma atividade tipicamente “solitária”. Somente no ano de 2019, três a cada quatro empreendedores foram identificados como sendo os únicos proprietários de seu negócio.

Trabalhar de forma associativa, cooperativada ou em sociedade nos remete à ideia de senso de coletividade e companheirismo, mas até onde a sociedade está preparada e informada para procurar estas formas de trabalho? As escolas muito pouco ou nada falam sobre este assunto e até as universidades pecam no seu estudo e divulgação. Obviamente há um esvaziamento da vida associativa, do senso de coletividade nas relações de trabalho; o próprio desmonte dos Direitos Trabalhistas no Brasil, parece “empurrar” o trabalhador para o auto emprego, uma vez que o capitalismo se retroalimenta independentemente da forma de trabalho escolhida pelos sujeitos; assalariados ou empreendedores solos, seguem reféns da lógica neoliberal.

Corroborando com as afirmações dos entrevistados, a autora desta pesquisa, conforme relatado no prólogo, também enfrentou dificuldade para conseguir um sócio, o que a levou a escolher o empreendedorismo individual.

### **4.3 Trabalhar sozinho é “puxado”**

Essa afirmação permeou a resposta de cinco dos empreendedores entrevistados, sendo estes: a Fisioterapeuta, o Quiropraxista, a Boleira, a Professora e o Comerciante. Se utilizando de termos diferentes, a maioria definiu a forma de trabalho individual como cansativa. Isso corrobora o que o estudo apresentado no Relatório GEM (IBPQ 2019) levantou que uma característica marcante dos empreendedores brasileiros é a de que a maioria atua de forma individual. Retomando o dado, em 2019, 48,5% dos empreendedores não possuíam empregados e 15% tinham apenas um empregado.

A Professora descreve o empreendedorismo individual como “puxado”. O trabalhador-empresa, definido por Foucault (1979) como o novo Homo Oeconomicus, precisa, de fato, realizar inúmeras tarefas para se manter seu negócio:

É bem puxado. Empreender é bem puxado. A gente acaba numa empresa, aí que a gente começa a perceber isso, ela (a empresa) tem muitas funções. Eu chego às 8h da manhã, principalmente quando eu tenho alunas pela manhã. Meio dia eu saio correndo para o almoço, retorno, atendo o grupo da tarde e agora já tenho o grupo da noite, também. Então, é manhã, tarde e noite na empresa. Pausa só para o almoço e quando estou em casa fico pensando em como eu vou agilizar o trabalho aqui.

O Quiropraxista lembra a questão do se matar trabalhando “[...] ‘é o suicídio ético’, o único suicídio que as pessoas acham legal... Quando digo que estou me matando de trabalhar minha sogra adora escutar e até me incentiva [risos]”.

Nessa mesma linha do trabalho intenso, a Boleira destaca:

Eu trabalho umas 12 horas por dia. Posso dizer que acordo e deito trabalhando, por vezes, respondo mensagens de clientes, logo que acordo, quando ainda nem levantei da cama e, não raramente, me pego respondendo mensagens ainda pela madrugada, antes de ir dormir. Sei que preciso me policiar e organizar melhor essa questão, mas como estou começando, não quero deixar o cliente esperando e perder venda.

A Fisioterapeuta, que já trabalha individualmente há 4 anos, relata que quando começou a trabalhar sozinha, suas horas de descanso eram poucas, mas com o passar do tempo organizou-se melhor com os seus horários: “Por muito tempo eu trabalhei de segunda a segunda até que, de um ano para cá, eu comecei a me organizar para trabalhar mais de segunda a sexta e ter mais tempo para mim, para as minhas coisas”.

O Comerciante, embora empreendendo individualmente há mais de 10 anos, relata uma realidade do comércio tradicional no qual o ponto de vendas é a loja física e possuindo uma infraestrutura fixa, precisa estar aberto à vista dos clientes:

[...] tenho pouquíssimas horas de lazer. Para ter uma ideia eu fiquei 13 anos sem tirar férias. 8 anos quando nós tínhamos todas as lojas aí cada sócio cuidava de uma, depois quando eu fiquei sozinho eu não podia tirar férias porque não tinha quem deixar aqui e agora faz uns três, quatro anos que eu estou me organizando e tirando 10 dias de férias no começo de todos os anos.

Talvez a busca por “viver com mais conforto” descrita por Ferraz, J.; Ferraz, D., (2021, no prelo) justifique essa contradição apresentada pelos entrevistados, uma vez que, embora trabalhar sozinho seja “puxado” nenhum deles pensa em mudar o modo de trabalho. De fato, conforme a mesma autora, “o empreendedorismo traduz os anseios e as contradições diante da condição concreta de incerteza e competição características desse modo de produção”.

O indivíduo definido como trabalhador-empresa, que empreende a si mesmo definido por Foucault (1979) como o novo Homo Oeconomicus, reflete a utopia neoliberal e também a contradição entre a liberdade para vender sua mão-de-obra a quem desejar (sem a interferência direta de um detentor de meios de produção) e o fato de que ao se tornar esse trabalhador-empresa não consegue dissociar as partes, trabalhando mais horas do que quando assalariado e, conseqüentemente, limitando a liberdade que diz ter ao optar por empreender individualmente.

Convém refletirmos acerca destes relatos, pois evidenciam a sobrecarga de trabalho, não presente apenas no labor do empreendedor individual, como também, nas diversas categorias de trabalhadores. A carga horária excessiva, que faz tênue o limite entre vida pessoal e vida profissional, se faz presente sobretudo, após os movimentos constantes de precarização do trabalho. Serão essas as novas formas de adequação à lógica do mercado que Antunes (1997) destaca?

#### **4.4 Oferecer um diferencial**

Durante as entrevistas também foi possível identificar o componente motivacional, aliado à possibilidade de oferecer um diferencial na venda de seu produto ou serviço, desenvolvendo o próprio negócio de acordo com seus ideais. A motivação e auto realização no trabalho referem-se ao sentimento de satisfação individual alcançados pela possibilidade de melhoria da condição de trabalho, proporcionando relação afetiva com o cliente e tendo orgulho com sua atividade laboral.

A perspectiva advinda da oportunidade de abertura e gerenciamento de um negócio próprio proporcionou aos entrevistados ganhos simbólicos, gerando um sentimento de contentamento resultante da realização e concretização do que se esperava adquirir e/ou proporcionar.

Os trabalhadores da área da saúde entrevistados (o Quiropraxista, a Dentista e a Fisioterapeuta) responderam que, como donos do próprio negócio, possuem mais tempo com o paciente, pois antes precisavam cumprir muitos protocolos, obedecendo ao tempo máximo para atendimento.

A Dentista destacou a importância da criação de vínculo com o paciente, detalhando melhor os produtos que utiliza no tratamento, bem como, proporcionando a fidelização de clientes:

Posso ficar mais tempo com cada paciente conversar, fidelizar, não só fazer o serviço, o atendimento, mas prestar um serviço, buscando fidelizar o paciente, então mesmo que o serviço técnico dure 30 minutos a gente procura marcar uma hora para poder conversar entender melhor as necessidades do cliente, do paciente; a conversar, ver o histórico do paciente tudo com calma. Prestar um serviço diferenciado.

A Boleira se define como “uma vendedora de felicidade”, pois levando em conta a memória afetiva que o produto trás, seu diferencial vai além de apenas vender um bolo:

As pessoas me veem como uma fonte de felicidade. Vender bolo de rolo vai além de simplesmente vender bolo de rolo, para mim. Por que não é só executar uma venda. Grande parte das pessoas que me procuram para comprar bolo de rolo são pessoas tem uma memória afetiva relacionada a esse bolo.

A Professora que, mesmo após a aposentadoria decidiu se manter ativa na transformação de vidas, relembra testemunhos de alunas que demonstram o reconhecimento pelo seu trabalho:

Algumas alunas me dizem que a vida delas mudou, que elas tem novas perspectivas. Por que para mim, o fundamental é essa questão de gerar renda: que a pessoa venha para cá e comece a pensar em dar uma guinada na sua própria vida, que ela vá se especializando, não só comigo, eu sou uma parte do processo, que ela vá buscar mais conhecimento e cresça, esse é meu objetivo.

O Quiropraxista relata a forma como é conhecido por seus pacientes: “aquele cara que vai resolver o problema”. Segundo ele, a criação desta imagem só foi possível porque ele tem seu espaço próprio e pode desprender de todo o tempo

necessário para conversar com os clientes, explicar o método utilizado e realizar o trabalho com tranquilidade:

As pessoas que me conhecem profissionalmente me conhecem como, modéstia à parte, vou usar o termo que o pessoal usa é aquela pessoa que vai solucionar o problema. Não é um baita quiropraxista, é aquele cara que vai resolver o problema, aquele que vai solucionar o seu problema, isso é legal porque foi uma imagem que eu construí, não foi por acaso, quando a gente viu que essa imagem estava sendo feita a gente trabalhou em cima dessa imagem para ser uma referência para as pessoas que sofrem com dores na coluna. Então a gente trabalha cada vez mais com essa imagem.

As respostas obtidas nesta parte da entrevista mostraram que a oportunidade de gerenciar o próprio negócio proporcionou a estes empreendedores um sentimento de contentamento e realização no que tange à possibilidade de gerar vínculos com os clientes e oferecer algo além de um simples serviço ou produto. Isso se dá através da autonomia, que para Cattani (2000) implica na possibilidade de escolha das atividades e resulta em dignidade e satisfação.

A partir dessas falas também é possível identificar o que Antunes e Alves (2004) definem como a captura integral da subjetividade operária. O “aspecto físico maquinal” integralizado no taylorismo e no fordismo ainda se mostra presente nas relações de trabalho da atualidade, uma vez que, os entrevistados relatam que quando assalariados, não era possível criar vínculo com os clientes, se limitando apenas a cumprir protocolos para atender o máximo de clientes ao dia. Encontra-se aqui a racionalização total do trabalho, remetendo a subjetividade operária à lógica do capital, evidenciando como as relações sociais e de reconhecimento do trabalhador são ocultadas no capitalismo.

#### **4.5 Desconhecimento de políticas públicas específicas para o empreendedorismo**

“Não lembro. Não conheço”, é a fala que define a maioria das respostas dadas à pergunta: Conhece políticas públicas/decretos/leis voltadas para o estímulo de sua atividade laboral?

Embora as políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo tenham ganhado força no Brasil há mais de três décadas, as falas dos entrevistados evidenciam que essas políticas não avançaram o necessário para fomentar o estímulo à categoria. Ao que tudo indica, sobretudo voltado aos empreendedores individuais, mais parece que essas políticas se limitam apenas a garantir que os trabalhadores mantenham-se economicamente ativos, mesmo que, algumas vezes, consumindo menos do que outrora, quando assalariados.

A formalização parece ser a principal ferramenta divulgada pelos órgãos governamentais, como sendo a saída para a precarização acentuada. No entanto, a descrição apresentada pelos entrevistados evidencia a incongruência.

A Fisioterapeuta, que já trabalhou inclusive, como cooperativada, não vê vantagem em se formalizar como empresária, devido à carga tributária: “[Políticas de apoio?] Não lembro. Já tive CNPJ quando eu tive que fazer a sociedade mas hoje eu trabalho como pessoa física. E pelos encargos da pessoa jurídica e tudo eu achei que não vale a pena e voltei a ser pessoa física profissional liberal”.

Alinhado aos demais entrevistados, O Quiropraxista relata seu profundo descontentamento com a forma como o pequeno empresário é tratado pelos governos:

Políticas de estímulo não conheço. E falando em questões legislativas, tem muitos furos que permitem fazer de outras formas a mesma coisa, então parece que tem muita bagunça nas leis. Deveria ter algum tipo de reforma para tornar mais fácil, mais acessível, menos burocráticas e ajudasse mais o pequeno empresário.

Conforme estas respostas, podemos evidenciar o que defendem Negrão *et al.* (2015), de que apesar dos programas oferecidos pelo governo serem funcionais, estes não suprem de maneira satisfatória as necessidades dos empreendedores; vários fatores, como a falta de divulgação dos programas e a burocracia lenta, não permitem que o público-alvo se beneficie de tais ações.

Fato este que nos faz refletir sobre a definição de política pública apresentado por Mintzberg e Jorgensen (1995), onde o conceito de política pública significa para o setor público o mesmo conceito de estratégia para o setor privado. Podemos inferir aqui, que a estratégia governamental precisa urgentemente de revisão de novas ações.

Vale aqui a reflexão a respeito do que destaca Silva (2013) quando diz que toda política pública é um mecanismo de mudança, que visa promover o bem-estar de segmentos sociais, devendo se organizar e concretizar a partir dos interesses da sociedade. Na fala dos empreendedores entrevistados não se evidencia a lógica apresentada pela autora, uma vez que, as políticas públicas não parecem emergir do interesse social, pois não atendem às necessidades da categoria em questão. A autora também lembra que a legitimação da proposta de política pública deve ser, buscada na sociedade e junto aos sujeitos políticos que dão respaldo à medida adotada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi o de trazer as significações que levam trabalhadores a empreenderem de forma individual. Até o presente momento, poucos foram os trabalhos realizados com esta temática, a maioria desses mostra uma análise quantitativa do aumento do número de empreendedores ou apenas os categoriza entre empreendedores por oportunidade ou necessidade. Portanto, acredita-se que esta pesquisa tenha contribuído para a discussão sobre o assunto no que tange à subjetividade comum entre as categorias apresentadas. O estudo da Teoria das Representações Sociais se mostrou adequado para investigar o senso comum que une esses empreendedores.

O Empreendedorismo está se impondo em todas as esferas do mundo do trabalho e mesmo o trabalhador assalariado se questiona hoje de o quanto é capaz de empreender em suas atividades diárias. Longe de ser o caminho ideal para todos os trabalhadores, o empreendedorismo, da forma como se apresenta, traz contradições e pontos a serem melhorados. Apesar da desigualdade social e econômica impor-se como grande empecilho para o desenvolvimento da igualdade de oportunidades, as novas formas de organização do trabalho permitem que os trabalhadores possam atuar de maneira não tão intensa em subordinação, onde a criatividade e o conhecimento possam ser geradores de novas possibilidades não mais ligadas puramente aos detentores dos meios de produção.

A partir do processo de análise das entrevistas, foram identificadas cinco Representações Sociais destes empreendedores individuais, sendo estas: Liberdade, independência e autonomia; Trabalhar com sócios é difícil; Trabalhar sozinho é “puxado”; Oferecer um diferencial; Desconhecimento de políticas públicas específicas para o empreendedorismo. Essas representações se entrelaçam e se completam nas diversas falas e evidenciam as contradições presentes no trabalho individual. Ao mesmo tempo em que relatam as dificuldades em trabalhar sozinhos, também negam a vontade em voltar a trabalhar como empregados. A liberdade que aparece na totalidade das falas, se limita ao poder de gerenciar seus negócios conforme seus valores e ideais, mas encontra barreiras quanto ao limite de tempo que se trabalha diariamente; sobretudo os empreendedores mais recentes relatam trabalhar mais do que 12 horas por dia e, constantemente, misturar a vida pessoal com a profissional:

sintomas evidentes do O Homo Oeconomicus de Foucault (1979), o indivíduo definido como trabalhador-empresa, que empreende a si mesmo.

A realidade única de precarização se mostra nas falas repletas de contradições, embora uníssonas. O tempo de descanso tirado do trabalhador se mostra latente nas mais diversas formas de trabalho; nesta mesma linha, a exploração ainda está presente, mesmo no empreendedorismo individual, visto que, quem trabalha não está livre da precarização.

O estudo das Políticas Públicas para a categoria seria o ponto de partida para esta pesquisa, entretanto, a partir das falas dos entrevistados, o termo políticas públicas, quando não perguntado não apareceu e, diante da pergunta sobre esse tema, a maioria se mostrou sem conhecimento algum a respeito de políticas das quais possam se beneficiar para o sucesso de seu negócio. Desta forma, o reconhecimento como empreendedor se dá, sobretudo, pelo relacionamento com os clientes, pois o Estado, segundo os entrevistados não os vê, senão, como pagadores de impostos.

De fato, esta pesquisa está apenas iniciando, e não contempla a realidade da grande massa de trabalhadores brasileiros que empreendem individualmente. Como já mencionado anteriormente, estes se enquadram como sujeitos das camadas médias urbanas, possuindo em sua maioria, diploma de curso superior e com uma renda financeira que lhes permite acessar bens de consumo que, quando empregados não acessavam.

Porém, acredita-se que a discussão acerca do empreendedorismo vai além de novas formas de relações econômicas impostas pelo Capitalismo e o Neoliberalismo. Quiçá o cooperativismo e o assoativismo venham a ganhar a merecida força e mostrar novas formas de trabalho possíveis; ficando isto como sugestão para estudos futuros que poderão fornecer um maior panorama de como as formas de trabalho se adaptam diante da vontade, da necessidade ou da precarização.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4. ed. São Paulo. Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ANTUNES, R.; ALVES, G. **As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc.; Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351. 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>> Acesso em: 20 abril 2021.

BORGES, C. *et al.* **Políticas Públicas de Apoio ao Empreendedorismo: Análise de sua Presença (ou Ausência)**. Bento Gonçalves, RS: ANPAD, 2013. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/3Es456.pdf>>. Acesso em 10 março 2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014. **Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais;** e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/LCP/Lcp147.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm)> Acesso em: 01 abril 2021.

BRASIL. Lei n.º 5.107/1966, de 13 de setembro de 1966. **Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço,** e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5107.htm)>. Acesso em 07 de maio de 2021.

BRASIL, Portal do Empreendedor. **Leis e Decretos**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao>>. Acesso em 04 março 2021.

BRAZ, Cristiano Carrion. **Os Significados do Trabalho Terceirizado: Emprego, Identidade e Precarização**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174632/001063892.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 07 maio de 2021.

CAMPOS, Adriano; SOEIRO, José. **A Falácia do Empreendedorismo** Lisboa: Bertrand, 2016. p. 7-33.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e autonomia**. 2.Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAVEDON, Neusa Rolita. **Os Saberes Sociais Produzidos no Cotidiano. Representações sociais na área de gestão em saúde: teoria e prática/ org.** Neusa Rolita Cavedon. – Porto Alegre: Dacasa, 2005. 109p.

CAVEDON, N., PIRES, R. **"O pão nosso de cada dia": as representações sociais sobre a vida familiar e profissional dos trabalhadores na indústria da panificação**. Economia & Gestão, v. 6, n. 12, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/36/31>>. Acesso em 30 março de 2021.

COLBARI, Antônia de L. **A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira**. In: SINAIS – Revista Eletrônica – Ciências sociais.

Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. p. 75-111. Disponível em: <http://indicarismo.net/revista/CMS/>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

DEDECCA, Cláudio S. O sistema público de emprego e a estratégia de desenvolvimento. **Emprego, trabalho e políticas públicas.**/ Macambira, J.; Cardel, L. (Orgs). Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste, 2009.

DORNELAS, José Carlos A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

**Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego.** Agência Senado, 2017. Disponível em: <<https://senado.jusbrasil.com.br/noticias/455379724/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>>. Acesso em 10 de maio de 2021.

FARR, Robert. **Representações Sociais: A Teoria e Sua História.** in: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). Textos em Representações Sociais. 3ª edição, Petrópolis, Vozes, 1997.

FERNANDES, Vinicius T. **Individualização das relações de trabalho e Microempreendedor Individual (MEI).** 8º Encontro Internacional de Política Social. 15º Encontro Nacional de Política Social. Vitória (ES, Brasil), novembro de 2020.

FERRAZ, J. M.; FERRAZ, D. L. **Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico materialista.** Minas Gerais, 2021. No prelo.

FLORES-PEREIRA, Maria Tereza; CAVEDON, Neusa R. e MAZZILLI, Cláudio P. **O desafio de vencer a morte: as representações sociais dos médicos hematologistas e oncologistas.** In: CAVEDON, N. R. Representações sociais na área de gestão em saúde. Teoria e prática. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2005.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica.** Curso no Collège de France (1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALEAZZI, Irene; HOLZMANN, Lorena. **Precarização do Trabalho.** In: Dicionário de trabalho e tecnologia / Antonio David Cattani, Lorena Holzmann (orgs.). 2 ed. rev.ampl. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011. p.259-265.

GEERZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989. P. 3-21.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. GEM. **Empreendedorismo no Brasil.** (Relatório Executivo), 2019.

GODOI, C.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos.** São Paulo. Saraiva. 2006.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, M.; ALVES, M; FERNANDES, R. **Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. São Paulo : Programa Gestão Pública e Cidadania, 2013. 167p.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Representações Sociais: Aspectos teóricos e aplicações à educação**. *Revista Múltiplas Leituras*, v.1, n.1, p.18-43, jan./jun. 2008.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil**. 2006. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7\\_politicas.pdf](http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7_politicas.pdf)>. Acesso em 20 de abril de 2021.

MINTZBERG, H.; JORGENSEN, J. **Una estrategia emergente para la política pública**. *Gestión y Política Pública*, México, 1995. V.IV, n.1, p.25-46.

MORIN, Estelle M. **Os Sentidos do Trabalho**. *RAE - Revista de Administração de Empresas* • Jul./Set. 2001 São Paulo, v. 41, n. 3, p. 8-19

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NEGRÃO, P. *et al.* **Apoio ao Empreendedorismo no Brasil**. IX EEPA UNESPAR/Campus de Campo Mourão, 2015. Disponível em: <[http://www.fecilcam.br/anais/ix\\_eepa/data/uploads/6-engenharia-organizacional/6-03.pdf](http://www.fecilcam.br/anais/ix_eepa/data/uploads/6-engenharia-organizacional/6-03.pdf)>. Acesso em 20 de março de 2021.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. **Representações Sociais**. In: JACQUES, M. et al. *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. Petrópolis: Vozes, 2003, p.104-117. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3245313/mod\\_resource/content/1/OLIVEIRA.WERBA.resenta20sociais..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3245313/mod_resource/content/1/OLIVEIRA.WERBA.resenta20sociais..pdf). Acesso em 05 de abril de 2021.

OLIVEIRA, M. **Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 2004, vol.19, no.55, p.180-186. Disponível em: <<https://www.scielo.br/cgibin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5EdlibrarySearch=OLIVEIRA,+MARCIO+S.+B.+S.+DE>>. Acesso em 01 de março de 2021.

OLIVEIRA, R. **Notas sobre o tema da regulação do trabalho em perspectiva futura**. In: *Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites*. Organização Internacional do Trabalho, 2018. 102 p.

ONozato, E. et al. *Global Entrepreneurship Monitor: Empreendedorismo no Brasil*. Relatório Executivo 2019. Curitiba: IBQP, 2020.

OST, Stelamaris. **Trabalho autônomo**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XI, n. 51, mar 2008. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=4755](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4755)>. Acesso em 06 maio 2018.

REIS, S.; BELLINI, M. **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: TEORIA, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011. Disponível em: <[http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Acta\\_SciHumanSocSci/article/viewFile/10256/pdf](http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Acta_SciHumanSocSci/article/viewFile/10256/pdf)>. Acesso em 01 março 2021.

REZENDE, F.; TAFNER, P. **Brasil, o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 371p.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo. CENGAGE, 2013. 149 p.

SEBRAE. **Pesquisa MEI Sebrae 2017**. <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/SEBRAE-SP%20-%20MEI%202017%20-%20Relatorio%20Final-Imprensa.pdf>> Acesso em 03 maio de 2021.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Panorama dos Pequenos Negócios no Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/PanoramadoPequenosNegocios2018.pdf>> Acesso em 06 maio de 2021.

SERÁFICO, Marcelo. **Empreendedorismo**. In: Dicionário de trabalho e tecnologia / Antonio David Cattani, Lorena Holzmann (orgs.). 2 ed. rev.ampl. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011. p.172-189.

SILVA, Maria Ozanira S. **Pesquisa Avaliativa. Aspectos Teóricos- Metodológicos**. São Paulo: Veras, 2013.

SPINK, Peter Kevin. **A Articulação de Ações Públicas em Situações Complexas**. In: Marcus Vinícius Peinado Gomes, Mário Aquino Alves, Renê José Rodrigues Fernandes. (orgs.). **Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. São Paulo : Programa Gestão Pública e Cidadania, 2013. 167p.

SPINK, Mary Jane P. **O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/set, 1993.

TONI, Miriam de. **Fim do trabalho versus centralidade do trabalho**. In: Dicionário de trabalho e tecnologia / Antonio David Cattani, Lorena Holzmann (orgs.). 2 ed. rev.ampl. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011. p.191-195.

VIANA, Nildo. **Senso comum, representações sociais e representações cotidianas**. Bauru: Edusc, 2008. Disponível em: <<http://2012.nildoviana.com/wp/wp-content/uploads/2015/03/Senso-Comum-Representa-es-Sociais-e-Representa.es-Cotidianas.pdf>> Acesso em 19 maio 2021.

VÍCTORA, C.; KNAUTH, D.; HASSEM, M. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: Uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 136p.

## APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Fale um pouco de sua trajetória como trabalhador.
2. Fale como é sua rotina de trabalho (horas de trabalho, tarefas desempenhadas).
3. Como é seu tempo de lazer? (em comparação a outras formas de trabalho, se aplicável, você tem mais ou menos tempo para seu lazer?).
4. Já trabalhou como assalariado? Em qual ramo profissional? Por quanto tempo?
5. Já trabalhou de outras formas (como cooperativado, por exemplo)?
6. Fale um pouco de sua trajetória como trabalhador individual. O que te fez escolher esta forma de trabalho?
7. O que significa, para você, trabalhar individualmente?
8. Como você se sente identificado como trabalhador (que tipos de “rótulos”. Exemplo: como um empresário, como um prestador de serviços)?
9. Quais as melhores e as piores coisas em ser um trabalhador individual?
10. Compare vantagens e desvantagens em ser um trabalhador individual.
11. Como são suas relações de trabalho com outros trabalhadores individuais (faz parcerias para desenvolver algum serviço)?
12. Você conhece algumas características comuns dos trabalhadores individuais (motivos da escolha por esta forma de trabalho, por exemplo)?
13. Você é um trabalhador legalizado (microempreendedor individual, por exemplo?)  
Trabalhou algum tempo na informalidade?
14. Fale sobre seus ganhos financeiros (sem necessidade de detalhar valores, faça uma análise do real x ideal e uma comparação, caso tenha trabalhado de outras formas, anteriormente).
15. Qual o fator relevante para a escolha de trabalhar sozinho (sem sócio ou empregados)?
16. Conhece políticas públicas/decretos/leis voltadas para o estímulo de sua atividade laboral? Quais?
17. Você entende que o número de trabalhadores individuais aumentou ou diminuiu nos últimos anos? A que você atribui esta resposta. Como a justifica (maior concorrência, ou maior oferta de serviços, por exemplo)?
18. Quais suas perspectivas neste ramo? Pensa em expandir e contratar funcionários? Por quê?
19. Você se sente reconhecido como trabalhador?
20. Perfil: faixa etária, ramo profissional, tempo de trabalho neste ramo.